

Presidência**RESOLUÇÃO Nº 674, DE 25 DE MARÇO DE 2026.**

Altera o art. 15 da Resolução CNJ nº 615/2025, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente as previstas nos arts. 6º e 102, considerando o que consta no Processo SEI/CNJ 16228/2025 e no Ato Normativo nº 0008089-65.2025.2.00.0000, julgado na 3ª Sessão Virtual, finalizada em 20 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução CNJ nº 615/2025 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

§ 1º O Comitê será formado por membros titulares e suplentes, divididos por categoria e designados por ato do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, a partir das seguintes origens:

I – três Conselheiros do CNJ, todos titulares, sendo:

a) pelo menos um(a) integrante da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Inovação; e

b) o(a) Conselheiro(a) encarregado(a) pelo tratamento de dados pessoais do CNJ;” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Edson Fachin**

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRESIDÊNCIA Nº 114, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

Altera a Instrução Normativa CNJ nº 111/2026, que dispõe sobre a organização, classificação e realização de eventos institucionais no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e revoga a Instrução Normativa CNJ nº 113/2025.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente a prevista no [art. 6º, inciso XIII, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, de 3 de março de 2009](#), e considerando o contido no processo SEI/CNJ nº [00187/2026](#),

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 6º da Instrução Normativa CNJ nº 111/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A solicitação de criação de eventos tramitará por processo administrativo específico eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dirigido pelo demandante à Secretaria de Cerimonial e Eventos (SCE) para manifestação prévia sobre a possibilidade de apoio ao evento e, somente após, encaminhado pela SCE à Secretaria-Geral para decisão sobre sua realização ou não.

§ 1º A iniciativa para a solicitação de eventos caberá à Presidência, à Corregedoria Nacional de Justiça, aos(as) Conselheiros(as), à Secretaria-Geral, à Secretaria de Estratégia e Projetos ou à Diretoria-Geral, conforme a área temática.

§ 2º A Secretaria de Comunicação Social deverá ser cientificada quanto ao processo para o devido acompanhamento."

Art. 7º A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria de Cerimonial e Eventos com antecedência mínima de:

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Edson Fachin**

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 105, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

Designa os integrantes do Comitê de Governança da Plataforma Nacional de Saúde, instituído pela Portaria Presidência nº 70/2026.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o contido no processo SEI/CNJ nº 03749/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes integrantes para compor o Comitê de Governança da Plataforma Nacional de Saúde:

I - Daiane Nogueira de Lira, que o coordenará;

II - Luciana da Veiga Oliveira, que atuará como subcoordenadora;

III - Clara da Mota Santos Pimenta Alves, Secretária-Geral do CNJ;

IV - Paulo Marcos de Farias, Secretário de Estratégia e Projetos do CNJ;

V - Érick José Pinheiro Pimenta, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;

VI - João Felipe de Menezes Lopes, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

VII - Henrique Dada Paiva, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

VIII - Thiago de Andrade Vieira, Diretor Executivo do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ;

[...]

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Edson Fachin**

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 124, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

Alterar a Portaria Presidência nº 18/2016, que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.